

OUTROS CAMINHOS PARA CRESCER

No transcorrer de 1984, com a recuperação da Economia, houve também aumentos reais (acima da inflação) para os salários. No entanto, tudo no próprio Governo mostrou que mais uma vez houve bons ganhos para as faixas salariais mais altas, e avanços mais modestos para quem ganha menos. Aquela velha história brasileira, de (também) o mercado de trabalho favorecer quem já está melhor colocado em sua vida profissional.

Aqui, vale levantar um tema, para meditação inclusive dos governantes de Brasília; até certo ponto, o fenômeno de valorização salarial está ligado à qualificação de mão-de-obra. Até certo ponto. Mas existe em cena outro fator, sobre o qual falta ainda reflexão maior: até certo ponto, a sociedade brasileira não descobriu, ainda, que a oferta de mão-de-obra, em 1986, não é igual à oferta de mão-de-obra nas décadas de 60 e 70, quando a industrialização ganhou impulso. Naquela época, dezenas de milhões de pessoas deixaram a zona rural, (erradicação dos cafezais, depois mecanização etc.) e se dirigiram aos centros urbanos, criando enorme disponibilidade de mão-de-obra barata — para a indústria, o comércio, ou mesmo para serviços domésticos. Hoje, com o esvaziamento dos campos, queda das migrações, e mesmo queda nos índices de natalidade, esse processo já sofreu reversão: basta ver que, todas as vezes que a economia entra em ebulição, sugere escassez de mão-de-obra nas mais diversas áreas. Pode-se dizer, assim, que já há “escassez relativa” de mão-de-obra nas regiões Centro e Sul/Sudeste do País — fenômeno acobertado nos últimos anos, em grande parte, pela própria recessão, que criou desemprego. Pela lógica, o mercado de trabalho já deveria ter refletido esse quadro



novo, com melhores níveis salariais para a mão-de-obra não qualificada ou semiquaualificada. Por que isso não ocorre? Em grande parte, porque persiste o “hábito”, ou “mentalidade”, de adotar políticas de baixa remuneração para aquelas faixas de trabalhadores. Inegavelmente, parcela de culpa por essa situação cabe ao Governo, ao fixar níveis incredulamente reduzidos, para o salário mínimo — como se a sociedade do “país-maravilha” não tivesse condições de retribuir o trabalho de seus cidadãos com uma remuneração menos vexaminosa.

E é por aí que o Governo pode desencadear, imediatamente, um processo de redistribuição da renda no País, aproveitando uma oportunidade de ouro, uma conjugação de fatores, para abrir novos caminhos para o crescimento da Economia, no País. Com um abono de Cz\$ 400 para quem ganha até três salários mínimos, o Governo aumentaria em quase 50 por cento o poder aquisitivo de quem ganha um salário mínimo, e em cerca de 15 por cento o poder aquisitivo de quem está na faixa dos três salários mínimos. Fatores que dão sustentação à iniciativa:

1. Custos das empresas: não sofreriam sobrecarga insuportável, já que produção e vendas atingem níveis altíssimos, no momento.

2. Inflação: na medida em que os preços das empresas estão congelados ou tabelados, elas não poderiam repassar o ônus do aumento salarial a seus preços. Elas não enfrentariam dificuldades, com isso? Não, e graças ao fator examinado anteriormente, e graças a um outro fator, decorrente da medida: com o aumento obrigatório aos trabalha-

dores que ganham menos, as empresas deixariam (a menos que ainda tivessem condições para tal) de oferecer aumentos “espontâneos” a quem ganha mais, como vem ocorrendo.

3. Crescimento econômico: haveria forte expansão no consumo de bens de menor valor (roupas populares, móveis) e contenção nos níveis de crescimento das vendas de bens mais sofisticados (hoje impulsionados também pelos “aumentos” espontâneos obtidos por quem ganha mais, que ameaçam trazer problemas à Economia).

4. Alimentos: o aumento na renda de quem ganha menos ampliaria o consumo de alimentos. Isso não seria inflacionário? Não. Em primeiro lugar: as safras deste ano não apresentaram as grandes quebras que haviam sido anunciadas. Em segundo lugar: o mercado mundial está abarrotado de alimentos, com seus preços em violenta queda. Seria barato importar alimentos para equilibrar oferta e procura, neste momento — e, já no plantio da nova safra, a partir de julho/agosto, o agricultor brasileiro seria estimulado a ampliar o cultivo, por ter um mercado maior assegurado. Importar não é queimar dólares? Não se compara o volume de gastos necessários à importação de alimentos — apenas este ano, note-se —, e o volume de dólares que serão exigidos pela Economia brasileira se o “modelo consumista” for mantido.

Vantagens de tudo isso: o País estaria desencadeando, efetivamente, um processo de melhor distribuição de renda, garantindo ao mesmo tempo o crescimento econômico permanente, sem novos pontos de estrangulamento. Uma boa forma de comemorar o próximo dia 1º de Maio.